



## **Regulamento para o Recrutamento do Diretor do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor**

### **Objeto**

O presente regulamento estabelece as condições de acesso e normas para a eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor.

### **Artigo 1.º**

#### **Procedimento concursal prévio à eleição**

1. Para o recrutamento do Diretor, realiza-se um procedimento concursal prévio à eleição, a ser divulgado por um aviso de abertura, nos termos do artigo 2º do presente regulamento.
2. Podem ser opositores ao procedimento concursal, os candidatos que reúnam os requisitos constantes nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho e no artigo 2.º da Portaria 604/2008, de 9 de Julho.

### **Artigo 2.º**

#### **Aviso de abertura**

1. O procedimento concursal é aberto por aviso publicitado:
  - a) Em local apropriado na escola sede do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor;
  - b) Na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor;
  - c) Na página eletrónica da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares / Direção Geral da Administração Escolar;
  - d) Na 2ª Série do *Diário da República*;
  - e) Num jornal de expansão nacional (Correio da Manhã), através de anúncio que contenha referência ao *Diário da República* em que o referido aviso se encontra publicado.
2. O aviso de abertura contém obrigatoriamente os elementos constantes do número 2 do artigo 5.º da Portaria 604/2008, de 9 de Julho.

### **Artigo 3.º**

#### **Prazo de candidatura**

1. As candidaturas devem ser formalizadas no prazo de dez dias úteis, após a publicação do aviso em *Diário da República*, podendo ser entregues pessoalmente nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, ou enviadas por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

### **Artigo 4.º**

#### **Candidatura**

1. As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento de admissão, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, em





modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento e nos respetivos Serviços Administrativos.

**2.** Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, onde constem todas as informações consideradas pertinentes para o efeito e acompanhado de todas as provas documentais devidamente autenticadas, excetuando as que se encontrem arquivadas no respetivo processo individual e este se encontre nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor.
- b) Projeto de intervenção no Agrupamento, contendo:
  - Identificação de problemas;
  - Definição de objetivos/estratégias;
  - Programação das atividades a realizar durante o mandato;
- c) Declaração autenticada do serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo, o escalão e o tempo de serviço;
- d) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizada;
- f) Fotocópia do Bilhete de Identidade e do Número Fiscal de Contribuinte/Cartão de Cidadão.

**3.** Os candidatos podem indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

### **Artigo 5.º**

#### **Avaliação das candidaturas**

**1.** As candidaturas são apreciadas pela Comissão Permanente do Conselho Geral Transitório, constituída por 12 dos seus membros e doravante chamada "Comissão".

**2.** Da Comissão referida no número devem fazer parte:

- a) A Presidente do Conselho Geral Transitório;
- b) Três docentes;
- c) Dois encarregados de educação;
- d) Dois elementos do Município;
- e) Um elemento do pessoal não docente;
- f) Um aluno;
- g) Dois elementos da comunidade.

**3.** Previamente à apreciação das candidaturas, a Comissão procede ao exame dos requisitos de admissão ao concurso, excluindo os candidatos que os não tenham cumprido, sem prejuízo da aplicação do artigo 108.º do Código do Procedimento Administrativo.

**4.** Serão elaboradas e divulgadas, na página eletrónica do Agrupamento e em local apropriado na escola sede do Agrupamento, as listas provisórias dos candidatos admitidos e dos candidatos excluídos do concurso, de acordo com os prazos estabelecidos no aviso de abertura.

**5.** A Comissão procede à apreciação das candidaturas, considerando obrigatoriamente:

- a) A análise do *Curriculum Vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de Diretor e o seu mérito;
- b) A análise do projeto de intervenção no Agrupamento;
- c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato.







6. Após a apreciação dos elementos referidos no ponto anterior, a Comissão elabora um relatório de avaliação dos candidatos que é apresentado ao Conselho Geral Transitório, fundamentando, relativamente a cada um, as razões que aconselham ou não a sua eleição.
7. Sem prejuízo de um juízo avaliativo sobre as candidaturas em apreciação, a Comissão não pode, no relatório previsto no número anterior, proceder à seriação dos candidatos.
8. A Comissão pode considerar no relatório de avaliação que nenhum dos candidatos reúne condições para ser eleito.

### **Artigo 6.º** **Apreciação pelo Conselho Geral Transitório**

1. O Conselho Geral Transitório procede à discussão e apreciação do relatório emitido pela Comissão podendo, antes de proceder à eleição, efetuar a audição dos candidatos nos termos do artigo 8.º da Portaria 604/2008 de 9 de julho.

### **Artigo 7.º** **Eleição**

1. Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos, o Conselho Geral Transitório procede à eleição do Diretor, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral Transitório em efetividade de funções.
2. No caso de o candidato ou de nenhum dos candidatos sair vencedor, nos termos do número anterior, o Conselho Geral Transitório reúne novamente, no prazo de um a cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são admitidos consoante o caso, o candidato único ou os dois candidatos mais votados na primeira eleição, sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos favoráveis, desde que em número não inferior a um terço dos membros do Conselho Geral Transitório em efetividade de funções.
3. Sempre que o candidato, no caso de ser único, ou o candidato mais votado, nos restantes casos, não obtenha, na votação a que se refere o número anterior, o número mínimo de votos nele estabelecido, é o facto comunicado ao serviço competente do Ministério da Educação e Ciência, para os efeitos previstos no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho.

### **Artigo 8.º** **Impedimentos e incompatibilidades**

1. Se algum dos candidatos a Diretor for membro efetivo do Conselho Geral Transitório, ficará impedido de participar nas reuniões convocadas para o processo da eleição do Diretor do Agrupamento.

### **Artigo 9.º** **Notificação dos resultados**

1. A aceitação ou exclusão ao processo concursal dos candidatos é a constante das listas referidas no número três do artigo 5.º, sendo considerado, para efeito de notificação, a afixação da mesma em local apropriado na escola sede e publicitação na página eletrónica do Agrupamento.





Do resultado do processo concursal será dado conhecimento ao Diretor eleito através de correio registado com aviso de receção, no dia útil seguinte à tomada de decisão do Conselho Geral Transitório.

#### **Artigo 10.º** **Homologação dos resultados**

1. O resultado da eleição do Diretor é homologado pelo Diretor Geral da Administração Escolar nos 10 dias úteis posteriores à sua comunicação pelo presidente do Conselho Geral Transitório, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.
2. A recusa da homologação apenas pode fundamentar-se na violação da lei ou dos regulamentos, designadamente do procedimento eleitoral.

#### **Artigo 11.º** **Tomada de posse**

1. O Diretor toma posse perante o Conselho Geral Transitório nos trinta dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo Diretor Geral da Administração Escolar.
2. O Diretor designa o subdiretor e os seus adjuntos no prazo máximo de 30 dias após a sua tomada de posse.
3. O subdiretor e os adjuntos do Diretor tomam posse nos 30 dias subsequentes à sua designação pelo Diretor.

#### **Artigo 12.º** **Legislação e normativos**

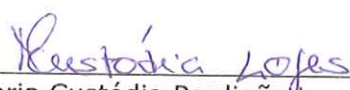
1. Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril republicado pelo Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho.
2. Portaria n.º 604/2008 de 9 de Julho.
3. Código do Procedimento Administrativo.

#### **Artigo 13.º** **Disposições finais**

1. As situações ou casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Conselho Geral Transitório, respeitando a lei e os regulamentos em vigor.

Aprovado pelo Conselho Geral Transitório em 19 de Março de 2015

A Presidente do Conselho Geral Transitório

  
\_\_\_\_\_  
Maria Custódia Perdígão Larginho Lopes